



Legislação Compilada
Covid-19

Atualizado até 21/05/2020






Sumário

❑	Legislação Municipal POA	3
❑	Legislação Estadual RS	9
❑	Legislação Federal	14



Legislação Municipal
Porto Alegre/RS
Covid-19



Decreto nº 20.515/2020: Requisita o imóvel da Organização Irmandade Nossa Senhora dos Navegantes para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre.


Acesse aqui: <https://bit.ly/2JdrDTq>

Decreto nº 20.520/2020: Estabelece a possibilidade de declarar a rescisão, redução ou suspensão do objeto contratual de contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados com a Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre pelo período que durar a situação de emergência declarada pelo Município de Porto Alegre.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2QGqS9y>

Decreto nº 20.533/2020: Cria o Escritório de Fiscalização (EF), vinculado ao Gabinete de Prefeito (GP), para coordenar as ações de fiscalização de competência municipal de forma integrada, composto por todos os órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta; e inclui o inc. X no art. 2º do Decreto nº 20.096, de 19 de novembro de 2018.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2xe86Qj>




Decreto nº 20.534/2020: Decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

Acesse aqui: <https://bit.ly/3c1MLSi>

Decreto nº 20.540/2020: Altera o caput do art. 10, os incs. XIV, XXIV e XXX do art. 11, o inc. XIV do art. 12, o parágrafo único do art. 13, os caput e o § 7º do art. 14, o caput do art. 49, o caput do art. 50, o § 8º do art. 57, e o caput do art. 65; inclui os incs. XL e XLI no art. 11, os incs. XVIII e XIX e os §§ 4º, 5º e 6º no art. 12, e parágrafo único no art. 49; e revoga o inc. III do art. 12, todos do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2K9iawH>



Decreto nº 20.541/2020: Altera o inc. XIV do art. 12, o caput e o parágrafo único do art. 49, o § 2º do art. 53, o § 1º do art. 57, o parágrafo único do art. 58, os capita do art. 60 e do art. 70; e inclui os incs. XX a XXVI e os §§ 7º e 8º no art. 12, todos do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências

Acesse aqui: <https://bit.ly/34DFtID>

Decreto nº 20.542/2020: Dispõe sobre medidas para reduzir o impacto social e econômico do estado de calamidade provocado pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e altera o caput do art. 9º do Decreto nº 20.325, de 6 de agosto de 2019.

Acesse aqui: <https://bit.ly/3cowUEg>

Decreto nº 20.549/2020: Altera os *capita* do art. 8º, do art. 10 e do art. 30 e inclui o parágrafo único no art. 10, todos do Decreto nº 20.534. Versa sobre o trabalho e cuidados de higienização na construção civil e uso de máscaras em transporte coletivo.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2KsEv8D>



Decreto nº 20.551/2020: Versa sobre liberação da indústria e orientações para reabertura.

Altera o caput do art. 8º, inclui os §§ 9º e 10 no art. 12, e revoga o inc. XIV do art. 12, todos do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Acesse aqui: <https://bit.ly/35gTOWI>

Decreto nº 20.564/2020: Versa sobre a abertura de empresas individuais e microempresas, clubes sociais, áreas comuns de condomínios, entre outros, e elenca cuidados de higiene e distanciamento relacionados a estes estabelecimentos.


Acesse aqui: <https://bit.ly/35CHc18>

Decreto nº 20.565/2020: Versa sobre o retorno das atividades dos serviços públicos municipais.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2W9txf4>

Decreto nº 20.574/2020: Altera o caput do art. 57 do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública em razão da pandemia de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Acesse aqui: <https://bit.ly/2yTzDHq>



Decreto 20.576/2020: Altera o inc. I do art. 58 do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.


Acesse aqui: <https://bit.ly/3g2W6Tc>

Decreto 20.577/2020: Institui a operação de força-tarefa no âmbito da Administração Direta e Indireta Municipal com a finalidade de atender o aumento das atividades nas demandas à população durante o período de prevenção e combate ao novo Coronavírus (COVID-19).


Acesse aqui: <https://bit.ly/3cU5Mog>

Decreto 20.583/2020: Versa sobre abertura de estabelecimentos comerciais e de serviços, shoppings e centro comerciais. Estabelece regramento para seu funcionamento.

Acesse aqui: <https://bit.ly/3e9O8pN>



Legislação Estadual
Rio Grande do Sul
Covid-19




Decreto nº 55.128/2020: REVOGADO exceto o “caput” do seu art. 1º, e o seu art. 12.

Decreto nº 55.129/2020: Institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID-19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul. Acesse aqui: <https://bit.ly/2UR3zMC>

Decreto nº 55.154/2020: Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Acesse aqui: <https://bit.ly/2UQRqHr>


Decreto nº 55.162/2020: Altera o Decreto nº 55.154, de 1º. de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Acesse aqui: <https://bit.ly/3c03f42>



Decreto nº 55.163/2020: Altera o Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, que institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul. Acesse aqui: <https://bit.ly/2XhRmC8>

Decreto nº 55.184/2020: Altera o Decreto nº 55.154, de 1º. de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Acesse aqui: <https://bit.ly/2Kc77Ts>


Decreto nº 55.185/2020: Altera o Decreto nº 55.154, de 1º. de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Acesse aqui: <https://bit.ly/2yD65xk>



Decreto nº 55.186/2020: Altera o Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, que institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul. Acesse aqui: <https://bit.ly/2XXdvWK>

Decreto nº 55.220/2020: Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Acesse aqui: <https://bit.ly/2L7auvt>


Decreto nº 55.240/2020: Institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências. Acesse aqui: <https://bit.ly/3bCwSI8>



Decreto nº 55.241/2020: Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências. Acesse aqui: <https://bit.ly/3fQNzTd>



Legislação Federal *Covid-19*



Lei nº 13.979/2020: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Acesse aqui: <https://bit.ly/33PfLR2>

Portaria nº 356/2020: Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).


Acesse aqui: <https://bit.ly/39aT3nm>

Decreto nº 10.277/2020: Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 .

Acesse aqui: <https://bit.ly/2vLygsR>

Portaria nº 5/2020: Dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2WDkooe>



Resolução nº 152/2020: Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2UuoyjY>

Medida Provisória nº 925/2020: Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19 .


Acesse aqui: <https://bit.ly/2QIOMBg>

Portaria nº 683/2020: Dispõe sobre a instituição de comitê técnico para elaboração de iniciativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, considerando a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Acesse aqui: <https://bit.ly/39cZs1d>

Portaria nº 454/2020: Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

Acesse aqui: <https://bit.ly/33lqM6p>



Decreto Legislativo nº 6/2020: Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2vLxhch>

Decreto nº 10.282/2020: Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.


Acesse aqui: <https://bit.ly/3bonFDr>

Decreto nº 10.285/2020: Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2Jemb2G>

Medida Provisória nº 926/2020: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2J8FGcT>



Decreto nº 10.288/2020: Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.


Acesse aqui: <https://bit.ly/3dtSlov>

Medida Provisória nº 927/2020: Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

Acesse aqui: <https://bit.ly/399bitq>

Medida Provisória nº 928/2020: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.

Acesse aqui: <https://bit.ly/33GV89z>



Portaria Conjunta nº 555/2020: Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).


Acesse aqui: <https://bit.ly/2JfHHDS>

Decreto nº 10.292/2020: Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2XlBzCr>

Medida Provisória nº 931: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2Rh8EvG>



Medida Provisória nº 936: Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.


Acesse aqui: <https://bit.ly/2Vgrggy>

Decreto nº 10.308/2020: Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).

Acesse aqui: <https://bit.ly/39QvWib>

Portaria nº 139/2020: Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.

Acesse aqui: <https://bit.ly/39N6EBL>



Instrução normativa nº 1.932: Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

Acesse aqui: <https://bit.ly/3bYvVdx>

Medida Provisória nº 944: Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.


Acesse aqui: <https://bit.ly/34jjjLn>

Medida Provisória nº 950: Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).

Acesse aqui: <https://bit.ly/34DAUOs>

Medida Provisória nº 951: Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2RL5h0e>



Decreto nº 10.329/2020: Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.


Acesse aqui: <https://bit.ly/3cX7JIV>

Lei nº 13.994/2020: Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2WOnjAv>

Medida Provisória nº 954: Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Acesse aqui: <https://bit.ly/35LZ3D6>



Medida Provisória nº 961: Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2WbCKTZ>

Decreto nº 10.342/2020: Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.


Acesse aqui: <https://bit.ly/2WyhXKJ>

Decreto nº 10.344/2020: Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2WTGsB1>

Medida Provisória nº 965: Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.

Acesse aqui: <https://bit.ly/3dO7Pmz>



Medida Provisória nº 966: Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.

Acesse aqui: <https://bit.ly/3e730VU>

Lei nº 13.999/2020: Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.

Acesse aqui: <https://bit.ly/2XgiVu5>

Lei nº 14.000/2020: Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Acesse aqui: <https://bit.ly/3g9x9Wj>



(51) 9997-46188

(51) 3330-5589

www.gazen.com.br

www.linkedin.com/company/gazen